



APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL 2024



O papel do Agro no desenvolvimento dos últimos 20 anos no Brasil



Nos últimos anos, o Brasil deixou de ser um **IMPORTADOR** de alimentos para se tornar um importante **FORNECEDOR** para o mundo



País com vocação agrícola gerou R\$ 1,89 trilhão no ano de 2022

AGRICULTURA
69%
+
PECUÁRIA
31%

Na Balança Comercial, 47% das exportações são do Agro

Suas exportações chegam a mais de 200 países



Reconhecido mundialmente no papel de **Energias Limpas e Renováveis**



Alimenta um bilhão de pessoas em todo o mundo



Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA

Frente Parlamentar da Agropecuária - Lançada em 2002



Objetivo: estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da agropecuária nacional.



Impacto: considerada a bancada mais influente e organizada nas discussões, articulações e negociações no âmbito dos Três Poderes.



Missão: promover debates com a sociedade para modernização da legislação brasileira com impacto direto na segurança alimentar do Brasil e do mundo.



Estrutura



Câmara e Senado

No **Senado Federal**, a Frente Parlamentar da agropecuária possui **50 membros**.

Na **Câmara dos Deputados**, a Frente Parlamentar da agropecuária possui **304 membros**.

Totalizando 354 parlamentares na bancada.



Necessidade de um instrumento que dê voz ao setor

- Nasce um espaço de diálogo entre as entidades da cadeia produtiva rural e o poder público
- Fundada em 2011: Com o objetivo de debater e defender os interesses da agricultura e assessorar a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA)
- Transparência e alcance social
- Organização sem fins lucrativos representativa
- A composição atual é de 58 entidades da cadeia produtiva do agronegócio





Acordo de cooperação

Acordo de cooperação técnica com o Instituto Pensar Agro (*think tank*): reúne 58 entidades do setor produtivo nacional, permitindo uma atuação sintonizada com as demandas para destravar o desenvolvimento, a geração de EMPREGO e renda no Brasil.

Função do IPA:

Fornecer dados, estudos e pareceres técnicos e jurídicos sobre temas que envolvam os interesses do setor, a fim de subsidiar o debate político no parlamento.

Função da FPA:

Estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional.



IPA – Entidades que o compõem

59 entidades mantenedoras do IPA



Conquistas históricas da FPA



Novo Código Florestal

Lei 12.651/2012



Autocontrole

Lei 14.515/2022



Fundos de Investimentos do Agro (Fiagro)

Lei 14.130/2021



RenovaBio

Lei 13.576/2017



Novo Marco de Pesticidas

Lei 14.785/2023



Marco Temporal de Demarcação de TI

Lei 14.701/2023



Conquistas históricas da FPA



Reforma Tributária

EC 132/2023



**Modernização do
Financiamento no Agro**

Lei 13.986/2020



**Pagamento por
Serviços Ambientais**

Lei 14.119/2021



**Regularização Fundiária
(cláusulas resolutivas)**

Lei 14.757/2023




Reforma Trabalhista

Lei 13.467/2017



Desafios Futuros

 **Regulamentação da Reforma Tributária**
PLP 68/2024 (SF) e PLP 108/2024 (CD)

Licenciamento Ambiental
PL 2159/2021

 **Definição do Conceito de Trabalho Escravo**

 **Novo Modelo de Seguro Rural**

 **Regularização Fundiária**

Desafios Futuros

Invasão de Terra - Pacote contra invasões

- PL 8262/2017 | PL 1052/2023 | PL 149/2003 | PL 938/2023
PL 1373/2023 | PL1781/2023 | PL 4387/2023 | PL 4390/2023
PL 1198/2023 | PL 709/2023 | PL 724/2023 | PL 895/2023
PL 1940/2023 | PL 3301/2023

Transição Energética

Marco de Bioinsumos

Gargalos logísticos

**1º semestre
de 2024**

REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Os produtores rurais terão uma carga tributária mais justa, garantindo mais competitividade e sustentabilidade para o campo, assim como traz benefícios para a segurança alimentar da população, com a inclusão de mais alimentos na cesta básica.

SAFRISTAS - (PL 715/23)

Traz condições especiais aos trabalhadores safristas para manter benefícios sociais fora da colheita, fomentando a formalização de trabalhos temporários e assegura o recebimento de benefícios sociais.

**1º semestre
de 2024**

FARELO E ÓLEO DE MILHO (PL 1548/22)

Traz equiparação tributária para o produto milho, que assim como a soja, compõe a ração animal, e contará com isenção de PIS/Cofins.

IMPEDIMENTO AOS INVASORES DE PROPRIEDADES (PL 709/23)

Impõe restrições para condenados por invasão de propriedade rural ou urbana, impossibilitando de receber auxílios, benefícios e participar de outros programas do Governo Federal, bem como a proibição de assumir cargos ou funções públicas.

**1º semestre
de 2024**

DÍVIDAS DOS PRODUTORES DO RS (PL 1536/24)

Concede anistia ao pagamento das parcelas mensais de crédito de custeio adquiridos em 2024 pelos produtores rurais do Rio Grande do Sul para pagamentos até dezembro de 2024.

SIVICULTURA (PL 1366/22)

Exclui a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

PATEN (PL 327/2021)

Prioriza projetos relacionados ao desenvolvimento de combustíveis renováveis, expansão de energia solar, eólica e de biomassa, além da substituição de matrizes energéticas renováveis por fontes renováveis.

**1º semestre
de 2024**

COMBUSTÍVEL DO FUTURO (PL 528/20)

Avanços na matriz energética brasileira, consolidando o papel do biodiesel e introduzindo o Conceito de Combustível Sustentável da aviação (SAF), além de incentivar a produção de biometano a partir de resíduos orgânicos

MERCADO DE CARBONO (PL 2148/15)

Essencial para redução das emissões de GEE, estabelecendo um limite de emissões de gases do efeito estufa para as empresas. Aquelas que mais poluem deverão compensar suas emissões com a compra de títulos. Já as que não atingiram o limite ganharão cotas a serem vendidas no mercado.

**1º semestre
de 2024**

COMBUSTÍVEL DO FUTURO (PL 528/20)

Avanços na matriz energética brasileira, consolidando o papel do biodiesel e introduzindo o Conceito de Combustível Sustentável da aviação (SAF), além de incentivar a produção de biometano a partir de resíduos orgânicos

MERCADO DE CARBONO (PL 2148/15)

Essencial para redução das emissões de GEE, estabelecendo um limite de emissões de gases do efeito estufa para as empresas. Aquelas que mais poluem deverão compensar suas emissões com a compra de títulos. Já as que não atingiram o limite ganharão cotas a serem vendidas no mercado.

**1º semestre
de 2024**

SENADO FEDERAL

PL 2/2024 – Transformada em Lei, nº 14.871 de 28/05/2024

Autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas.

MARCO LEI DO HIDROGÊNIO VERDE (PL 2308/2023)

Transição para combustíveis renováveis, como o hidrogênio de baixa emissão, proporcionando a sustentabilidade ambiental e a redução de gases de efeito estufa.

MP DO FIM MUNDO (MP 1227/2024)

Devolução da MP, que proibia a utilização de créditos de PIS/COFINS para pagamentos de débitos tributários das empresas, estimado com um impacto orçamentário de 30 bilhões.

**1º semestre
de 2024**

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA (45/2023)

Garante a Regularização Fundiária na Amazônia, além de combater o desmatamento ilegal. Extinguindo as cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários.

TRANSFERÊNCIA DE ICMS (48/2023)

Isenta o ICMS do trânsito de localidades do mesmo contribuinte.

PESTICIDAS (47/2023)

Modernização do uso de pesticidas no Brasil. Uma luta histórica de 20 anos no congresso nacional.



Obrigado!

PEDRO LUPION

Deputado Federal (PP-PR) &
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

